

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DA FUNDAÇÃO DA
SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SOROCABA– Nº
05/2023, DE 22/03/2023 – PREVIDÊNCIA –

Aos vinte e dois dias mês de março de dois mil e vinte e três, com início às dez horas da manhã, realizou-se a reunião ordinária do Comitê de Investimentos da FUNSERV, na sala de reuniões do prédio da FUNSERV, sítio à Rua Major João Lício, 265 – Centro – Sorocaba/SP. **SEÇÃO I: FASE DE EXPEDIENTE** (Art. 8º da Resolução FUNSERV 06/2020): A) Verificação do quórum: o Sr. Edgar Aparecido Ferreira da Silva, Gestor dos Recursos do RPPS, verificou que havia quórum para início da reunião, estando presentes também os seguintes membros titulares: Silvana Maria Siniscalco Duarte Chinelatto, José Antonio de Oliveira Júnior, Gêmima Maria Pires e Cilsa Regina Guedes Silva. A Sra. Maria do Socorro Souza Lima, membro titular, justificou sua ausência nesta reunião. Esteve presente também o Sr. Gilmar Ezequiel de Souza Oliveira, membro suplente, o qual exerceu a função de membro titular, nesta reunião, dada a ausência dos membros titulares citados. Verificado o quórum, após saudação inicial, realizou a abertura dos trabalhos. **SEÇÃO II: APRECIAÇÃO E DISCUSSÃO DOS ASSUNTOS TRATADOS** (Art. 8º da Resolução Funserv nº 06/2020). **ITEM 1 - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS APLICAÇÕES NO MÊS DE FEVEREIRO/2023:** Inicialmente, o Sr. Edgar apresentou o resultado da rentabilidade total da carteira em Fevereiro/2023. Esclareceu que o saldo total da carteira, ao final do mês, era de R\$2.286.154.203,58 e que houve retorno negativo de -R\$16.381.863,70 correspondente a -0,71% e, dessa forma, abaixo da meta de rentabilidade para o mês, que foi de 1,20%. Informou ainda que, em função do previsto na Lei Municipal nº 12.656, de 29/09/2022, parte deste recurso integra a Reserva Administrativa, a qual deve ter seu controle segregado. Ao final do mês, do total dos recursos, o valor de R\$903.190,94 pertencia à Reserva Administrativa. Na análise, por segmento, esclareceu que o volume de recursos alocados em renda fixa, ao final do mês, era de R\$1.567.734.791,93 e, neste segmento, houve retorno de R\$15.220.315,50, o que representou retorno de 0,98%. Destacou que, no mesmo período, o CDI teve retorno de 0,92%, o IDkA IPCA 2A retorno de 1,62% e o IPCA de 0,84%, apresentou tela com os fundos enquadrados no segmento de renda fixa, evidenciando que o retorno dos fundos acompanhou o mercado, conforme indicadores citados. Em seguida, apresentou um detalhamento da rentabilidade dos Títulos Públicos, cuja média de rentabilidade foi de 0,95% no mês. Em seguida, apresentou os dados do segmento de renda variável. O total de recursos alocados neste segmento era de R\$587.067.778,01 e, no mês em análise, teve retorno negativo de -R\$32.994.820,51 o que representou retorno de -5,32%. Apresentou tabela contendo todos os fundos enquadrados neste segmento e o resultado de cada um deles, evidenciando que tiveram rentabilidades diversas, os indexados em linha com o Ibovespa, outros acima ou abaixo do índice. Esclareceu que o resultado, deste segmento, está em linha com o mercado, visto que o Ibovespa teve queda de -7,49% e o S&P500, de -2,61%, sendo os principais índices de referência neste segmento. No segmento de investimento no exterior, o saldo ao final do mês era de R\$131.313.923,15 com retorno de R\$1.392.641,31, o que corresponde ao retorno de 1,07%. Para efeito de comparativo com o mercado global, o índice Global BDRX teve

retorno de 1,15%, MSCI World em -0,45%, MSCI ACWI de -0,92% e S&P500 retorno de -2,61%. O Sr. Edgar ressaltou que este é o segundo mês consecutivo de rentabilidade positiva na carteira de investimentos no exterior. Por fim, apresentou uma tabela comparando a rentabilidade acumulada na carteira, por segmento e os principais índices de mercado, evidenciando que a rentabilidade da carteira tem acompanhado a dinâmica de mercado. **ITEM 2 – ANÁLISE DO CENÁRIO ECONÔMICO:** Em seguida, passou a análise do cenário econômico do mês. Preliminarmente ressaltou que, no parecer, constam, na íntegra, os principais materiais consultados e que subsidiaram a análise do cenário econômico deste Comitê, do qual apresentou um breve resumo. A respeito da política monetária, o COPOM manteve a SELIC em 13,75% a.a., em sua última reunião, realizada em 31/01 e 01/02/2023. Conforme a ata publicada, a sinalização do COPOM ainda é de que irá mantê-la por um período prolongado e, se necessário, não hesitará em retomar o ciclo de ajuste. Além disto, reforçou os possíveis impactos, sobre a política monetária, acerca da política fiscal. Assim, vislumbra-se que o Banco Central mantém a sinalização do fim do ciclo de alta e a manutenção em patamares próximos ao atual por mais tempo, conforme indicado no Boletim Focus. Contudo, o mercado espera ansioso o resultado da próxima reunião (21 e 22/03/2023), dado os recentes ataques à meta de inflação e o possível reflexo positivo advindo no novo arcabouço fiscal, a ser apresentado em breve pelo Governo. Segundo a última publicação do Boletim Focus, de 17/03/2023, a expectativa de SELIC para final de 2023 se manteve em 12,75% a.a. Além disto, prevê SELIC terminal para 2024, em 10,00% a.a., final de 2025, em 9,00% e, final de 2026, em 8,50%. Conforme se verifica, houve aumento na expectativa de Selic terminal para o ano de 2026. Com base na expectativa da SELIC para 2023, verifica-se que se manterá significativamente elevada e, neste cenário, ativos correlacionados à referida taxa tendem a entregar resultados compatíveis com a meta de rentabilidade para 2023, de IPCA + 5,11% a.a. No mercado norte americano, o FOMC, em sua última reunião, encerrada em 01/02/2023, aumentou a taxa de juros em 0,25%, passando de uma banda de 4,25%-4,50% para 4,50%-4,75%. O mercado segue volátil, monitorando os indicadores econômicos norte-americanos, especialmente, a inflação, nível de emprego (payroll) que segue elevada. A próxima reunião deve ser concluída em 22/03/2023. Dados recentes, após anúncio de quebra de banco norte-americanos, levaram o mercado a precisar que não haveria mais aumento da taxa de juros, contudo, dias depois o mercado tornou a precisar aumento, evidenciando volatilidade. É certo que o ciclo de alta está chegando ao fim, mas não se sabe ao certo quando será e quanto será a taxa terminal. A incerteza sobre a medida necessária para conter a inflação, bem como duração de taxas mais altas, são fatores que tem acrescentado volatilidade ao mercado e impactado significativamente os ativos no exterior. No cenário doméstico, a perspectiva de juros futuro tem sido fortemente impactada pelos ruídos políticos, mais recentemente, acerca da política monetária conduzida pelo Banco Central. Tal cenário, tem trazido volatilidade ao mercado de juros, oferecendo oportunidade para novas alocações em Títulos Públicos Federais. A respeito da inflação, que continua sendo uma realidade global, o IPCA de Fevereiro/2023 foi 0,84%, superior à expectativa do mercado (0,78%), alcançando 5,60% nos últimos doze meses. De acordo com o Boletim FOCUS a expectativa de inflação para 2023 passou a 5,95%, aumentando frente às expectativas anteriores. Segundo o Boletim Focus, a expectativa é de que o IPCA de

Março, Abril e Maio/2023, sejam de 0,75%, 0,60% e 0,40%, respectivamente. Neste cenário, com SELIC acima de dois dígitos e, considerando a meta atuarial para 2023 (IPCA + 5,11% a.a.), bem como a perspectiva de inflação terminal para 2023 e 2024, estratégias de investimento vinculadas ao DI, como os fundos referenciados DI, mantém-se como oportunidades de alocação interessantes, o curto prazo, dado sua relação risco/retorno, especialmente, frente ao cenário volátil que tem se apresentado. A questão cambial segue sendo monitorada, especialmente, pelo impacto na carteira de investimentos no exterior, visto que os fundos possuem exposição à variação cambial. O dólar encerrou 2022 cotado a R\$5,28 e, em 20/03, estava cotado a R\$5,24, queda de -0,76%. Dado este movimento, demonstrando alta volatilidade, importante analisar a expectativa do mercado. De acordo com o último Boletim FOCUS, ao final de 2023, a expectativa é que o dólar esteja cotado a R\$5,25, portanto, embora possa haver volatilidade no valor da moeda no decorrer do ano, deve encerrar 2023 praticamente estável. Se por um lado, fundos referenciado DI são oportunidades de alocação, mais seguras, deve se considerar ainda o ciclo de alta na taxa norte-americana e movimentos similares no mercado global, que podem impactar o preço de títulos públicos federais, no Brasil. Além disto, os preços dos Títulos Públicos Federais têm sido impactados pela incerteza acerca do arcabouço fiscal. Assim, apresentam-se oportunidades de aquisições de títulos públicos federais, com taxas em linha e, até mesmo, bem superiores à taxa média da carteira da carteira. Por outro lado, também é provável o cenário de manutenção e fechamento da curva, visto que os preços atuais encontram-se bastante pressionados e, nesta hipótese, há oportunidade de ganhos em fundos atrelados aos títulos públicos, em função da marcação a mercado. Dessa forma, justifica-se a gestão da carteira de renda fixa, com alocação em Títulos Públicos Federais precificados pela marcação na curva de juros, com taxas superiores à meta atuarial e, diante da expectativa de IPCA, previsão de rentabilidade superior ao DI. Ademais, em função da possibilidade de fechamento da curva de juros, pertinente a manutenção de parte dos recursos já alocados em fundos IDKA IPCA 2A. Além disto, observa-se que segue sendo monitorado pelo mercado: a inflação global, movimento de alta de juros, principalmente, nas economias desenvolvidas e, também, o risco de recessão, fatores que tem impacto o mercado global, especialmente, de renda variável. Ademais, no cenário brasileiro, com o início do novo governo e a retomada do Congresso Nacional, ganha destaque o noticiário político, especialmente, medidas que serão adotadas ao longo dos próximos meses. Na renda variável, tanto no mercado brasileiro como investimentos no exterior, dada a volatilidade, eventual migração e aportes devem ser analisados com cautela. Neste momento, pertinente manter as alocações e acompanhar a sua evolução, tendo em vista o horizonte de longo prazo e, ainda, que boa parte destes fundos possui rentabilidade acumulada negativa. Contudo, fundos que estejam entregando resultados abaixo da média da carteira merecem especial atenção, especialmente, através de reuniões institucionais junto aos seus respectivos Gestores. O Sr. Edgar destacou que o impacto negativo destes fundos (renda variável) na carteira, nos últimos meses evidencia que, no curto prazo, em cenários mais voláteis, prejudicam muito a rentabilidade de carteira. Embora o investimento seja de longo prazo, as avaliações são anuais e o não atingimento da meta, impacta diretamente, por exemplo, nas avaliações atuariais anuais. Dessa forma, entende pertinente que,

alcançada a meta de rentabilidade, ou seja, quando as aplicações atingirem o nível da meta atuarial no período, que seja feita uma análise pelo Comitê, para redução na exposição neste segmento. O Sr. José Antonio lembrou que este segmento tem trazido, especialmente nos últimos meses, performance negativa à carteira e, embora a estratégia de alocação em títulos públicos venha evoluindo, a carteira é ainda muito impacta pela renda variável. Entendeu pertinente a apresentação de um gráfico evidenciado a evolução da estratégia da carteira. A Sra. Gêmima indagou se não seria momento de maior exposição a investimento no exterior. O Sr. Edgar informou que, dado o atual cenário, a estratégia a ser perseguida é a alocação de recursos no segmento de renda fixa, especialmente, em títulos públicos indexados à inflação. Embora a carteira de investimento no exterior tenha apresentado performance positiva, o seu saldo acumulado ainda é negativo. Esclareceu que, se houver rentabilidade positiva neste segmento, naturalmente, sua participação na carteira ficará, gradualmente, maior e bem próximo do limite de 10%, previsto na Res. 4963/2021. **ITEM 3 - ELABORAÇÃO DO PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS:** o Sr. Edgar destacou pontos importantes que constam na minuta do parecer do Comitê de Investimentos, tais como: atividade econômica no Brasil e no mercado global, trazendo o contexto que influenciou a rentabilidade da carteira em Fevereiro/2023, conforme já citado. Informou que as aplicações e resgates ocorreram em conformidade com as propostas do Comitê de Investimentos, em reunião realizada em 24/01/2023, aprovada pelo Conselho Administrativo, em 31/01/2023 e, também, as operações para o decorrer de 2023 (fluxo de caixa), definidas nas reuniões do Comitê de Investimentos, em 15/12/2022, aprovadas pelo Conselho Administrativo, em 22/12/2022. A respeito do enquadramento, verificou-se que está de acordo com os limites legais e com a Política de Investimentos para o ano de 2023. **ITEM 4 – DESTINAÇÃO DOS NOVOS RECURSOS E MIGRAÇÕES:** Em seguida, o Sr. Edgar apresentou as propostas da aplicação dos recursos: A) A respeito dos recursos novos, referente ao saldo remanescente das contribuições previdenciárias do Fundo Previdenciário, referentes ao mês de Março/2023, em torno de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais), propõe-se aplicação em títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), especificamente NTN-B, e, enquanto não realizada a aquisição e liquidação da operação, os recursos serão mantidos no fundo BB Perfil FIC Renda Fixa Referenciado DI Previdenciário LP – CNPJ: 13.077.418/0001-49, e; B) Quanto aos recursos da compensação previdenciária (COMPREV), referente ao Fundo Previdenciário, competência Fevereiro/2023, a ser creditado em 10/04/2023, no valor previsto de R\$1.940,03 (um mil, novecentos e quarenta reais e três centavos), propõe-se aplicação em títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), especificamente NTN-B, e, enquanto não realizada a aquisição e liquidação da operação, os recursos serão mantidos no fundo BB Perfil FIC Renda Fixa Referenciado DI Previdenciário LP – CNPJ: 13.077.418/0001-49. O Sr. Edgar esclareceu que a justificativa para tais propostas é que conforme evidenciado no Parecer deste Comitê, a carteira de Títulos Públicos Federais é composta, até o momento, por Notas do Tesouro Nacional – série B (NTN-B) e sua posição consolidada em Fevereiro/2023 está com taxa média de IPCA + 5,99% a.a. Verifica-se que, em consonância com a divulgação da ANBIMA, boa parte dos vêrtices possuem taxas acima da taxa média da carteira e,

também, acima da meta de rentabilidade definida, na Política de Investimentos para 2023, de IPCA + 5,11% a.a. Os patamares de taxas atuais estão nos maiores níveis nos últimos 5 (cinco) anos. Portanto, o atual mercado de títulos públicos federais se apresenta como oportunidade de melhorar a taxa média da carteira. Ademais, a proposta está alinhada ao Estudo ALM realizado em Junho/2022 pois, principalmente nas posições em títulos mais longos (vencimento para 2045, 2050, 2055 e 2060), a quantidade de papéis adquiridos está bem abaixo do sugerido no estudo, evidenciando que a proposta não compromete as obrigações presentes e futuras da Funserv. O Sr. Edgar então abriu a palavra aos demais membros, não havendo manifestação. Em seguida, submeteu as propostas à votação, sendo aprovadas por unanimidade. **ITEM 5 – ASSUNTOS GERAIS:** A Sra. Gêmima comentou sobre sua participação no 5º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS, em Florianópolis/SC, realizado nos dias 08, 09 e 10 de março. Destacou, especialmente, a fala dos representantes das instituições os quais incentivaram alocação em fundos de renda variável, considerando cenário de longo prazo. O Sr. José Antonio comentou, a este respeito, que como muitos institutos de previdência tem optado pela compra direta de títulos públicos, muitos fundos de renda fixa e, consequentemente, as instituições administradoras e gestoras, perderam recursos destes institutos, portanto, natural a fala dos representantes destas instituições neste sentido. A Sra. Gêmima agradeceu pela oportunidade de participação no referido evento. Em seguida, o Sr. Edgar abriu a palavra aos demais membros para assuntos gerais, não havendo manifestação. Tendo concluído os assuntos relacionados aos recursos previdenciários, passou a análise dos recursos da assistência à saúde, conforme ata separada (Res. 06/2020 – Art. 10, §3º). Nada mais havendo a ser tratado, eu, Edgar Aparecido Ferreira da Silva, encerrei a reunião, referente aos recursos previdenciários, às onze horas e dez minutos, lavrei a presente ata que segue ao conhecimento, aprovação e assinatura dos presentes, ficando a próxima reunião ordinária designada para 19/04/2023, quarta-feira, conforme previsto na Resolução FUNSERV nº 13/2022.

Edgar Aparecido Ferreira da Silva

Gestor dos Recursos do RPPS

Silvana Maria Siniscalco Duarte Chinelatto

Membro do Comitê de Investimentos

José Antonio de Oliveira Júnior

Membro do Comitê de Investimento

Ronaldo Camilo Rosa Fontes
Membro do Comitê de Investimento

Cilsa Regina Guedes Silva
Membro do Comitê de Investimento

Gêmima Maria Pires
Membro do Comitê de Investimento

Gilmar Ezequiel de Souza Oliveira
Membro do Comitê de Investimento